



SUMÁRIO

1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	27
1.1. Processo Objetivo	27
1.2. Competência	29
1.3. Legitimidade	30
1.3.1. Legitimidade passiva	30
1.3.2. Legitimidade ativa	31
1.4. Procedimento	35
1.4.1. Petição inicial	35
1.4.2. Posturas do juiz diante da petição inicial	39
1.4.2.1. Emenda da petição inicial	39
1.4.2.2. Indeferimento da petição inicial	40
1.4.2.3. Pedido de informações	41
1.4.2.4. Manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	41
1.4.2.5. Instrução probatória	43
1.5. Tutela de Urgência	44
1.6. Decisão	49
1.6.1. Conteúdo	49
1.6.2. Efeitos	50
1.7. Recorribilidade	52

1.8.	Intervenção de Terceiros	56
1.9.	<i>Amicus Curiae</i>	58
1.10.	Coisa julgada material	64
1.10.1.	Limites objetivos da coisa julgada	64
1.10.1.1.	Considerações gerais	64
1.10.1.2.	Considerações específicas	65
1.10.2.	Eficácia vinculante das decisões	66
1.10.2.1.	Introdução	66
1.10.2.2.	Função negativa da coisa julgada	66
1.10.2.3.	Função positiva da coisa julgada	67
1.10.2.4.	Conclusão	68
1.10.3.	Limites subjetivos da coisa julgada	71
1.10.4.	Coisa julgada pro et contra	72
1.11.	Declaração de inconstitucionalidade e relativização da coisa julgada material	77
2.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMIS-	
	SÃO	83
2.1.	Introdução	83
2.2.	Cabimento	84
2.3.	Legitimidade	85
2.4.	Aspectos Procedimentais	86
2.5.	Efeitos da Decisão	88
2.6.	Medida Cautelar	90
3.	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	93
3.1.	Introdução	93
3.2.	Existência de controvérsia judicial	94
3.3.	Legitimidade	96
3.4.	Sujeitos processuais	97
3.5.	Liminar	98
3.6.	Decisão e seus efeitos	99

4. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	101
4.1. Introdução	101
4.2. Preceitos fundamentais	102
4.3. Objeto da arguição de descumprimento	103
4.4. Formas procedimentais da arguição de descumprimento	106
4.5. Arguição incidental e incidente de arguição de inconstitucionalidade	108
4.6. Legitimidade	110
4.7. Competência	112
4.8. Procedimento	113
4.8.1. Petição inicial	113
4.8.2. Posturas do juiz diante da petição inicial	116
4.8.2.1. Emenda da petição inicial	116
4.8.2.2. Indeferimento da petição inicial	117
4.8.2.3. apreciação de liminar	118
4.8.2.4. Pedido de informações	118
4.8.3. Manifestações	118
4.8.4. Decisão	120
4.9. Tutela de urgência	121
4.10. Recorribilidade	124
4.11. Caráter subsidiário	125
5. MANDADO DE INJUNÇÃO	127
5.1. Introdução	127
5.2. Teorias	128
5.2.1. Teoria da subsidiariedade	128
5.2.2. Teoria da independência jurisdicional	129
5.2.3. Teoria da resolutividade	130
5.2.4. Posição do Supremo Tribunal Federal	130
5.2.5. Previsão legal da Lei 13.300/2016	133
5.3. Competência	134

5.4.	Legitimidade	135
5.5.	Procedimento	139
5.5.1.	Petição inicial	139
5.5.2.	Tutela de urgência	140
5.5.3.	Indeferimento da petição inicial	141
5.5.4.	Atos de comunicação e reações	142
5.5.5.	Decisão	143
5.5.6.	Coisa julgada material	144
5.6.	Mandado de injunção coletivo	145
5.7.	Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	147
6.	MANDADO DE SEGURANÇA	151
6.1.	Cabimento do mandado de segurança	151
6.1.1.	Hipótese genérica de cabimento	151
6.1.2.	Vedações específicas ao cabimento do mandado de segurança	153
6.1.2.1.	Atos de gestão comercial	153
6.1.2.2.	Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução	154
6.1.2.3.	Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo	156
6.1.2.4.	Decisão transitada em julgado	162
6.2.	Direito líquido e certo e procedimento documental	163
6.3.	Competência	168
6.4.	Sujeitos processuais	171
6.4.1.	Legitimação ativa	171
6.4.1.1.	Introdução	171
6.4.1.2.	Legitimidade ordinária individual	172
6.4.1.3.	Legitimação extraordinária	174
6.4.2.	Legitimidade passiva	176
6.4.3.	Autoridade coatora	178

6.4.4.	Litisconsórcio	180
6.4.4.1.	Aplicação das regras do CPC ao mandado de segurança	180
6.4.4.2.	Litisconsórcio ativo ulterior	181
6.4.4.3.	Litisconsórcio passivo necessário	182
6.4.5.	Ministério Público	184
6.5.	Prazo para a impetração do mandado de segurança	185
6.6.	Procedimento	187
6.6.1.	Aspectos gerais	187
6.6.1.1.	Forma dos atos processuais	187
6.6.1.2.	Preferência no trâmite procedimental	188
6.6.2.	Petição inicial	188
6.6.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial	193
6.6.3.1.	Emenda da petição inicial	193
6.6.3.2.	Indeferimento da petição inicial	194
6.6.3.2.1.	Hipótese de indeferimento	195
6.6.3.2.2.	Recurso cabível contra indeferimento da petição inicial	197
6.6.3.3.	Demais posturas	197
6.6.4.	Informações e contestação	199
6.6.5.	Decisão	200
6.6.5.1.	Comunicações de decisão concessiva	200
6.6.5.2.	Decisão de natureza condenatória de pagar quantia	201
6.6.5.3.	Recorribilidade	202
6.6.5.4.	Legitimidade recursal	204
6.6.5.5.	Vedação à condenação em honorários advocatícios	205
6.6.5.6.	Substituição das decisões por notas taquigráficas	205
6.7.	Desistência do mandado de segurança	206
6.8.	Cosa julgada material e renovação do mandado de segurança	209
6.9.	Reexame necessário	212
6.10.	Cumprimento provisório de sentença	213

6.11. Meios executivos para cumprimento da ordem e criminalização da conduta da autoridade coatora	215
6.12. Tutela de urgência	217
6.12.1. Natureza jurídica da liminar	217
6.12.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar	219
6.12.3. Comunicações	220
6.12.4. Recurso cabível contra decisão liminar	220
6.12.5. Vedação à concessão de liminares	221
6.12.6. Efeitos da liminar	222
6.12.7. Perempção ou caducidade da liminar	223
6.13. Poderes do relator do mandado de segurança de competência originária do tribunal	225
6.14. Pedido de suspensão de segurança	227
6.15. Mandado de segurança coletivo	232
6.15.1. Introdução	232
6.15.2. Legitimidade ativa	232
6.15.3. Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo	235
6.15.4. Coisa julgada	236
6.15.5. Relação do mandado de segurança coletivo e individual	243
6.15.6. Oitiva prévia da pessoa jurídica de direito público antes da concessão da liminar	244
7. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	247
7.1. Natureza jurídica	247
7.2. Cabimento	250
7.2.1. Forma de preservação da competência do tribunal	251
7.2.2. Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal	252
7.2.3. Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	255

7.2.4.	Forma de garantir a observância de súmula vinculante	256
7.2.5.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência	258
7.2.6.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo	259
7.3.	Procedimento	260
7.3.1.	Introdução	260
7.3.2.	Petição inicial	261
7.3.3.	Prazo	264
7.3.4.	Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional	265
7.3.5.	Reações dos interessados	266
7.3.6.	Julgamento	268
8.	HABEAS DATA E DIREITO DO CONSUMIDOR	271
8.1.	Introdução	271
8.2.	Direito à informação e <i>habeas data</i>	272
8.3.	Hipóteses de cabimento	273
8.3.1.	Introdução	273
8.3.2.	Direito à informação	273
8.3.3.	Direito à retificação de dados	275
8.3.4.	Anotação sobre dado verdadeiro	275
8.4.	Fase administrativa	276
8.4.1.	Interesse de agir	276
8.4.2.	Procedimento	278
8.4.2.1.	Fase pré-processual	278
8.4.2.2.	Fase processual	280
8.4.2.2.1.	Introdução	280
8.4.2.2.2.	Petição inicial	281
8.4.2.2.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial	282

8.4.2.2.4.	Prestação de informações	283
8.4.2.2.5.	Intimação da pessoa jurídica de direito público?	284
8.4.2.2.6.	Participação do Ministério Público	285
8.4.2.2.7.	Instrução	285
8.4.2.2.8.	Decisão	286
8.5.	Liminar	288
8.6.	Legitimidade	289
8.6.1.	Legitimidade ativa	289
8.6.2.	Legitimidade passiva	290
8.7.	Competência	291
8.8.	Recursos	292
9.	AÇÃO POPULAR	295
9.1.	Breve histórico	296
9.1.1.	Origem remota	296
9.1.2.	Origem próxima	297
9.2.	Cabimento	297
9.2.1.	Patrimônio público material e imaterial	297
9.2.2.	Atos e omissões	298
9.2.3.	Tutela reparatória e preventiva	299
9.2.4.	Espécies de atos impugnáveis	301
9.2.5.	Binômio ilegalidade-lesividade	302
9.3.	Sujeitos processuais	304
9.3.1.	Legitimidade ativa	304
9.3.1.1.	Espécies de legitimação ativa na ação popular	304
9.3.1.2.	Legitimidade ordinária originária	306
9.3.1.3.	Intervenção superveniente de cidadão no polo ativo	310
9.3.2.	Legitimidade passiva	314
9.3.2.1.	Legitimados passivos	314

9.3.2.2.	Legitimação bifronte das pessoas jurídicas de direito público ou privado	316
9.3.3.	Litisconsórcio ativo e passivo	318
9.3.4.	Intervenção de terceiros na ação popular	320
9.3.5.	Participação do Ministério Público	322
9.3.5.1.	Legitimidade ativa superveniente	322
9.3.5.2.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	322
9.3.5.3.	Participação na execução	327
9.4.	Competência	328
9.5.	Procedimento	333
9.5.1.	Introdução	333
9.5.2.	Petição inicial	333
9.5.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial	336
9.5.3.1.	Emenda e indeferimento da petição inicial	336
9.5.3.2.	Julgamento de improcedência liminar	337
9.5.3.3.	Citação dos réus e intimação do Ministério Público	337
9.5.3.4.	Exibição incidental	338
9.5.4.	Contestação	340
9.5.4.1.	Prazo	340
9.5.4.2.	Matéria de defesa	341
9.5.4.3.	Revelia	342
9.5.5.	Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo	343
9.5.6.	Sentença	345
9.6.	Abandono e desistência do autor popular	347
9.6.1.	Introdução	347
9.6.2.	Momento de aplicação do dispositivo legal	348
9.6.3.	Desistência e “absolvição de instância”	349
9.6.4.	Sucessores processuais	351
9.7.	Conexão e litispendência	352
9.7.1.	Conceitos e efeitos	352

9.7.2.	Efeitos da conexão e litispendência na tutela coletiva	353
9.7.3.	Prevenção do juízo	356
9.8.	Recursos	357
9.8.1.	Recursos cabíveis	357
9.8.2.	Legitimidade recursal	358
9.8.3.	Isenção no recolhimento do preparo	359
9.8.4.	Efeitos da apelação	361
9.9.	Reexame necessário	362
9.9.1.	Introdução	362
9.9.2.	Reexame necessário na ação popular	364
9.10.	Coisa julgada	365
9.11.	Relativização da coisa julgada	370
9.11.1.	Introdução	370
9.11.2.	Ação rescisória	370
9.11.3.	Coisa julgada inconstitucional	372
9.11.4.	Coisa julgada injusta inconstitucional	373
9.12.	Liquidação de sentença	374
9.12.1.	Introdução	374
9.12.2.	Espécies de liquidação de sentença	374
9.12.3.	Legitimidade ativa	375
9.12.4.	Competência	376
9.13.	Execução	377
9.13.1.	Introdução	377
9.13.2.	Execução por sub-rogação e indireta	378
9.13.3.	Legitimidade ativa	380
9.13.4.	Medidas cautelares para garantir o resultado da execução	381
9.13.5.	Capítulos da sentença executáveis	383
9.14.	Tutela provisória	384
9.14.1.	Tutela antecipada e cautelar	384
9.14.2.	Pedido de suspensão de segurança	385
9.15.	Gratuidade	385

9.15.1. A regra da gratuidade	385
9.15.2. Exceção à regra da gratuidade: condenação do autor popular nos ônus de sucumbência	390
9.16. Prescrição	391
10. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	393
10.1. Nomenclatura	393
10.2. Objeto de tutela	394
10.3. Direitos tutelados pela ação civil pública	396
10.3.1. Introdução	396
10.3.2. Direito difuso	396
10.3.3. Direito coletivo	398
10.3.4. Direitos individuais homogêneos	400
10.3.5. Direitos individuais indisponíveis	404
10.4. Competência	406
10.4.1. Competência originária dos tribunais superiores	406
10.4.2. Competência de Justiça Especializada	407
10.4.3. Competência da Justiça Comum	408
10.4.4. Competência do foro	410
10.4.4.1. Regra de competência absoluta: funcional ou territorial?	410
10.4.4.2. Local do dano	411
10.4.4.3. ECA e Estatuto do Idoso	414
10.4.5. Competência de juízo	415
10.5. Legitimidade	415
10.5.1. Espécies de legitimidade	415
10.5.2. Legitimados ativos	418
10.5.2.1. Ministério Público	418
10.5.2.2. Associação	424
10.5.2.3. Pessoas jurídicas da administração pública ...	435
10.5.2.4. Defensoria Pública	437
10.5.3. Legitimados passivos	444

10.6. Procedimento	444
10.6.1. Introdução	444
10.6.2. Inércia da jurisdição	445
10.6.3. Prevenção do juízo	445
10.6.4. Litisconsórcio ativo	447
10.6.4.1. Espécie	447
10.6.4.2. Litisconsórcio ativo formado por diferentes Ministérios Públicos	447
10.6.4.3. Litisconsórcio ativo ulterior?	448
10.6.5. Instrução da petição inicial	451
10.6.6. Astreintes	451
10.6.7. Tutela provisória	454
10.7. Coisa julgada	455
10.7.1. Introdução	455
10.7.2. Coisa julgada secundum eventum probationis	455
10.7.3. Coisa julgada secundum eventum litis	460
10.7.4. Limitação territorial da coisa julgada	462
10.8. Liquidação de sentença	467
10.8.1. Competência	467
10.8.2. Espécies de liquidação de sentença	469
10.8.3. Direito difuso e coletivo	470
10.8.4. Direito individual homogêneo	471
10.8.5. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo	472
10.9. Execução	473
10.9.1. Legitimidade ativa	473
10.9.2. Direitos difusos e coletivos	475
10.9.3. Direitos individuais homogêneos	476
10.9.3.1. Introdução	476
10.9.3.2. Execução por fluid recovery	477
10.9.3.3. Legitimidade	481

11. HABEAS CORPUS	485
11.1. Breve histórico	485
11.1.2. Origem remota	485
11.1.2. Origem próxima	486
11.2.3. O habeas corpus no Brasil	486
11.2. Natureza jurídica	487
11.3. Espécies de <i>habeas corpus</i>	488
11.4. Cabimento	489
11.4.1. Ausência de justa causa	490
11.4.2. Excesso de prazo	490
11.4.3. Incompetência	491
11.4.4. Cessação do motivo	491
11.4.5. Não concessão de fiança	492
11.4.6. Manifesta nulidade do processo	492
11.4.7. Extinção da punibilidade	493
11.4.8. Habeas corpus no processo civil	494
11.5. Limitações ao uso do <i>habeas corpus</i>	496
11.5.1. Punição disciplinar militar	496
11.5.2. Estado de defesa e estado de sítio	496
11.5.3. Sucedâneo recursal	498
11.5.4. Pena pecuniária	499
11.5.5. Decisão de Turma ou do Plenário	499
11.6. Sujeitos processuais	499
11.6.1. Paciente	499
11.6.2. Legitimidade ativa	500
11.6.3. Legitimidade passiva	500
11.7. Competência	501
11.7.1. Competência do Supremo Tribunal Federal	501
11.7.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça	502
11.7.3. Competência no âmbito da justiça especializada (Justiça Eleitoral, Militar ou do Trabalho)	502
11.7.4. Justiça Eleitoral	502

11.7.5. Justiça Militar	503
11.7.6. Justiça do Trabalho	504
11.7.7. Competência no âmbito da justiça comum (Justiça Federal e Estadual de Primeiro e Segundo Graus) ..	504
11.7.8. Competência das Turmas Recursais	505
12.1. Procedimento	505
12.1.1. Petição inicial	505
12.1.2. Liminar em habeas corpus	506
12.1.3. Posturas do juiz, intervenção do Ministério Público e decisão	507
12.1.4. Desistência	509
12.2. Recursos	509
BIBLIOGRAFIA	511